

Temer e tremer ou a barbárie da destruição da educação pela política filisteia

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo:

O artigo analisa o risco de retrocesso nos avanços educacionais da sociedade brasileira mediante as nefastas interferências governamentais em nossa estrutura educacional nacional, em nome da satisfação de interesses obscurantistas de grupos antidemocráticos incrustados parasitariamente na nova e ilegítima gestão presidencial.

Palavras-chave: Filisteísmo; Educação; Autoritarismo; Barbárie; Obscurantismo.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ/Professor da FACC-UFRJ.



Prólogo

A defesa da educação laica como um processo de afirmação do esclarecimento cultural e da emancipação política é uma tarefa árdua em tempos de barbárie legitimada por uma hegemonia autoritária que se encontra presente em diversos segmentos sociais, seja nas empresas midiáticas submissas aos interesses plutocráticos alheios aos genuínos interesses públicos, seja nas seitas fundamentalistas que violam o princípio da sacralidade religiosa autêntica, seja na truculência fascista de organizações repressivas nitidamente necrófilas, seja na espoliação política praticada por partidos descompromissados com a efetivação do bem comum. São diversos eixos degradados que devemos eliminar para que formemos uma sociedade regida pela democracia multitudinária, onde não existam mais deveres sem direitos nem direitos sem deveres,

pautada na horizontalidade da gestão política.

Para a composição de alguns detalhes desse artigo as conversações com os professores Luciana Velloso (Sociologia), Gustavo Motta (Educação Física) e Daysi Oliveira Souza (Educação Artística) foram fundamentais para o esclarecimento de algumas questões que uma mera inteligência particular não daria conta de efetivar, pois a educação libertária nasce da conjugação dos esforços concretos das pessoas comprometidas com a supressão da alienação cultural em nome da formação da consciência crítica capaz de participar efetivamente da ordem política. Aos citados professores registro meu reconhecimento e meus agradecimentos.

Introdução

O governo temerário, não bastasse se fundamentar em um ilegítimo processo golpista, que destituiu o poder democrático de seu lugar de direito em prol da satisfação dos interesses do empresariado inescrupuloso e dos plutocratas parlamentares (que não hesitam em violar a constituição brasileira e a própria soberania nacional em favor do capital privado), também comete os seus delitos contra o nosso sistema educacional, ao interferir de maneira indébita na práxis pedagógica em vigor através da Medida Provisória de reformulação do Ensino Médio, sem inicialmente realizar qualquer consulta significativa entre educadores e pesquisadores especialistas sobre o tema.

Na gestão temerária da república brasileira, o homem da cultura cede lugar ao filisteu, imbuído dos poderes ministeriais e chancelado por uma horda reacionária que substituiu os livros pela marreta fascista da destruição da intelectualidade. Todos os árduos avanços no campo da educação que foram conquistados pelos governos progressistas anteriores se encontram agora em situação de emergência, pois o espírito filisteu contamina todas as bases culturais de nossa configuração sociopolítica com sua virulência inata e sua inaptidão para o esclarecimento intelectual.

A gestão temerária da república brasileira e os asseclas filisteus

A arrogância tecnocrática não hesita em inserir seus parâmetros pretensamente científicos nas problematizações educacionais. Quando economistas ou administradores imbuídos de valorações monetaristas se imiscuem com questões da práxis educacional, todos os envolvidos com a autonomia dessa

dimensão formativa certamente demonstram legítima pertinência quando temem essa influência asfixiante. Esses ajustes somente seguem a lógica do mercado, jamais as demandas reais da educação como um processo de formação reflexiva e crítica, evidenciando o quanto os filisteus são poderosos no intuito de degradação da criação cultural dos seus frutos sociais. Ministros da educação que estão em tal cargo apenas por decisões políticas de mandatários ilegítimos são também ilegítimos para conduzir os rumos nacionais da educação, assim como focos de degradação das suas estruturas, não raro adotando posicionamentos autoritários em prol da realização das metas governamentais conforme os totalitários paradigmas econômicos. Antes de um político desqualificado ousar assumir o cargo de ministério da educação, deveria refletir sobre as seguintes questões: conhece efetivamente os problemas fundamentais de nossa estrutura educacional? Conhece os documentos fundamentais de nossa história pedagógica? Em caso de resposta negativa caberia humildemente que renunciasse a tal aventura, mas essa prescrição é certamente utópica, pois um político oportunista violador da ordem democrática jamais abandonará a sua proeminência ministerial por um pudor moral e por probidade intelectual.

O ethos dos educadores autênticos que exercem funções políticas é distinto dos tecnocratas filisteus que ocupam cargos comissionados e que somente se encontram nesses espaços institucionais por horrendas contingências governamentais. A educação sofre assim golpes de martelo que a deformam ao gosto dos seus violadores, tornando-se o seu reflexo horripilante. Afinal, quem vive prazerosamente na imbecilidade de forma alguma tolera as

realizações intelectuais de terceiros, antes, pelo contrário, faz o contrário para sabotá-las e assim perpetuar a situação de ignorância coletiva vigente. O filisteu se afoga no veneno do ressentimento, pois se incomoda ao reconhecer a existência de pessoas bem logradas culturalmente, que fazem dessa situação de excelência intelectual sua marca. Há gestores políticos que, apesar de sua evidente inaptidão para a vida intelectual, realizaram mandatos rigorosamente progressistas no campo educacional, fomentando reformas fundamentais em suas bases, auxiliando assim o empoderamento social das massas outrora alheadas do acesso às instituições de ensino mediante a criação de novas escolas públicas e universidades em locais estratégicos em regiões que se caracterizavam pela desassistência pública. Nenhuma pessoa, muito menos um homem político, é obrigada a ser uma proeminência intelectual. Contudo, é inadmissível que essa pessoa prejudique por má índole o progresso educacional de sua nação. Ministros acadêmicos, professores, educadores de fato, cedem suas cadeiras aos tecnocratas da espoliação republicana. Falta-lhes a dignidade intelectual e a probidade moral na gestão da coisa pública, e essas deficiências são fundamentais para que perpetrem os seus delitos contra a nação.

Quem são os companheiros de infâmia do tacanho ministro filisteu da educação? Atores destituídos de talento dramático que não hesitam em fazer as maiores bobagens histriônicas para que possam aparecer em público, ideólogos fascistas e pastores fundamentalistas que são inspirados pelo espírito da ignorância obscurantista. Ao invés de o ministro filisteu da educação agregar em torno de si pensadores respeitáveis e efetivamente qualificados que

certamente estão capacitados para contribuir em favor do progresso cultural, uma legião de pessoas pobres de espírito o cercam, contaminando ainda mais suas estúpidas decisões. Nessa conjuntura, o ministério da educação se converte no ministério da barbárie. Seus documentos são grafados com tinta de chorume, e as massas reacionárias o celebram como um ícone da cultura superior.

O caráter autoritário do ministro filisteu se evidencia claramente quando o mesmo não convida para o debate público sobre os projetos educacionais aqueles que são parte fundamental e interessada do processo pedagógico: professores, estudantes, servidores. O ministro filisteu prefere se trancafiar secretamente com seus amigos embrutecidos no seu tenebroso gabinete, e sabe-se lá o que essas figuras retrógradas fazem nesse antro insalubre. Debater sobre a importância do fomento ao processo emancipatório da educação certamente não é o escopo desse encontro. Esses obscurantistas, sob a égide do ministro filisteu, maquinam a degradação da cultura brasileira, mediante a imposição dos paradigmas tecnicistas na formação pedagógica dos estudantes, de modo a despolitizá-los docilmente e instruí-los para as funções pragmáticas demandadas pelo mercado capitalista. Conforme Maurício Tragtenberg,

A pedagogia burocrática, ao acentuar o conformismo, o espírito acrítico do aluno, forma a futura mão-de-obra dócil, que nada reivindicará nas empresas ou no Estado, forma os “servos” do Capital que docilmente contribuirão para sua reprodução ampliada (TRAGTENBERG, 2004, p. 204)

A pretensão de se fragmentar o conteúdo pedagógico, retirando seu teor

axiologicamente contestatório em prol do meramente epistêmico é um exercício de alienação intelectual, pois todo discurso (não obstante sua pretensa neutralidade) nasce de demandas pessoais e sociais, de projetos inevitavelmente interessados. Mesmo o professor que postula a rigorosa neutralidade axiológica em sua atividade didática anseia também, talvez em menor ou maior grau, em cativar seus alunos, despertar neles o apreço pelo conhecimento. Caso contrário se assemelhará a um robô que apenas reproduz mecanicamente os conteúdos, sem qualquer envolvimento pessoal, paixão, senso de interação. Conforme argumenta Paulo Freire,

Qualidade da educação: educação para a qualidade; educação e qualidade de vida, não importa em que enunciado se encontrem, educação e qualidade são sempre uma questão política, fora de cuja reflexão, de cuja compreensão não nos é possível entender nem uma nem outra. Não há, finalmente, educação neutra nem qualidade por que lutar no sentido de reorientar a educação que não implique uma opção política e não demande uma decisão, também política de materializá-la (FREIRE, 2015, p. 50-51).

O projeto de concessão de maior autonomia e poder de escolha aos alunos na configuração da grade curricular não é uma novidade do governo temerário e de seu filisteu ministerial, tal como as consciências vazias acreditam piamente. A educação libertária já propunha o fortalecimento da atuação pessoal do estudante no seu processo formativo, para além das rígidas estruturações curriculares que expressavam o autoritarismo da rigidez sociopolítica do patriarcalismo e sua autoritária cultura do silêncio, onde o professor se posiciona como o detentor

do saber e o aluno o ignorante que deve se submeter ao mestre, o detentor da verdade pedagógica. O grande diferencial do tecnocrata filisteu reside na sua adesão ao espírito espetacular que exige a elaboração de conteúdos pedagógicos revestidos de caracteres agradáveis, de modo a satisfazer a demanda de uma juventude facilmente excitável pelos estímulos impactantes das mídias e das tecnologias informáticas. A justificativa do ministro filisteu para essa reforma educacional verticalizada, antidemocrática e autoritária é que o modelo de ensino em vigor afasta os jovens das salas de aula, pois os conteúdos não lhes são afetivamente e intelectualmente interessantes, desestimulando a presença efetiva do alunado em sala de aula. A defesa desse discurso evidencia a estupidez intelectual de tal proeminente figura ministerial, ratificadora da decadência cultural própria da conversão da educação em consumo descartável, mercadoria que deve satisfazer o gosto do freguês embotado. Encontramos assim a exaltação despudorada do narcisismo da sociedade de consumo, pois a busca do prazer ilimitado se estabelece como meta existencial. Paula Sibilia aponta que

Quando o jovem deixa de ser aluno por excelência e se converte, antes de mais nada, num usuário dos meios de comunicação e num consumidor mais ativo que muitos adultos, constata-se uma obviedade que não deveria sê-lo: a lógica do mercado se generalizou. Nessas circunstâncias, não parece restar à escola outro remédio senão entrar no jogo como a única coisa que ela poderia ser: um produto entre inúmeros outros, que deve competir para captar a atenção de seus clientes potenciais caso queira

conquistar adeptos e subsistir (SIBILIA, 2012, p. 66).

O que desenvolve o caráter humano é precisamente a capacidade de vencer as adversidades concretas do cotidiano, não importando sob quais configurações elas se manifestem na vida prática. Talvez em uma idade de ouro somente o agradável exista e seja a lei geral para toda a condição humana, mas tal estado é obviamente impossível em um mundo regido pelas contradições axiológicas e estruturais. Por conseguinte, é fundamental que cada pessoa desenvolva a capacidade de aceitar ou mesmo afirmar aquilo que de alguma forma lhe causa desprazer intelectual.

Não são apenas os conteúdos pedagógicos que devem se adequar ao estudante, mas este também aos conteúdos pedagógicos, não de maneira passiva, mas crítica, fundando-se assim uma relação dialética na qual o estudante compreende a própria formação social do conhecimento e de que maneira ele, como sujeito histórico, pode modificar as próprias bases estruturais de sua vida. Por conseguinte, a exaltação do agradável como fundamento da adesão estudantil ao espaço educacional nega esse processo dinâmico de amadurecimento pessoal e as próprias condições concretas para a formação da consciência crítica, enaltecendo diretamente a displicência mental decorrente da falta de concentração para a realização de atividades intelectualmente sofisticadas. Nessas condições, o discurso ministerial que apregoa a reformulação da estrutura do ensino nacional é pernicioso, pois afirma veladamente que as tensões escolares ocorrem pela impossibilidade dos estudantes reconhecerem na dimensão pedagógica da escola um espaço para a concretização das suas aspirações existenciais, justificando-se

assim todos os conflitos internos na práxis educacional, pois os estudantes, clientes do processo de ensino, não foram satisfeitos em seus desejos privados. Na verdade, os problemas de relacionamento entre alunos e professores decorrem de um reflexo da própria ordenação social violenta, aut centrada, desprovida de solidariedade autêntica entre os seus membros, de modo que a escola reflete e reproduz as contradições sociais, jamais sendo a causadora das mesmas.

As disciplinas de Filosofia e de Sociologia constantemente correm o risco de exclusão das grades curriculares colegiais. O que há em comum é o fato de que governos sintonizados com a onda neoliberal se revelam pouco afeitos aos conhecimentos filosóficos e sociológicos. A justificativa técnica para essa animosidade é que os estudantes estariam sobrecarregados de conteúdos e que ambas as disciplinas prejudicariam o processo de aprendizado do alunado que, na era tecnocrática, deveria absorver conteúdos considerados mais funcionais, mais pragmáticos, mais utilitários, conforme as demandas do mercado, esse grande onipotente. Essa justificativa, por si só própria da mentalidade alienada e unidimensional empregada pelo espírito empresarial que prostitui a coisa pública e sua governança, em verdade escamoteia uma questão ideológica fundamental para a perpetuação do status quo de regimes institucionalmente avessos ao processo de esclarecimento cultural da sociedade: a aversão do ideário capitalista ao desenvolvimento da autonomia intelectual, do senso crítico e da compreensão reflexiva do mundo pela juventude, estabelecendo não apenas o diálogo extemporâneo com as questões abordadas pelos pensadores no

decorrer da história do saber, mas também as habilidades compreensivas sobre as ordenações estruturais do poder sociopolítico e suas ideologias fundamentais. Filosofia e Sociologia não são disciplinas especiais, melhores ou mais iluminadas do que as demais, merecedoras assim de maior destaque curricular. A grande questão pedagógica é que ambas são imprescindíveis para o desenvolvimento de certas potencialidades intelectuais dos estudantes, assim como as demais disciplinas, cada uma em seu eixo temático e epistemológico. Qualquer exclusão forçada por critérios alheios aos educacionais mutila a formação intelectual do estudante, configurando-se então como uma barbárie pedagógica.

Quando um ministro ou figura política deprecia os saberes filosóficos, sociológicos e artísticos evidencia de que seus procedimentos escusos são desmascarados pelo esclarecimento intelectual que tais discursos proporcionam para aqueles que participam desse processo reflexivo de pensamento radical. Qualquer governo autoritário e ilegítimo teme o poder emancipador do conhecimento crítico, por isso regimes de exceção não hesitaram em cercear as atividades criativas reflexivas e estigmatizá-las como subversivas e como produtos da loucura do cérebro humano, influenciando assim o imaginário do senso comum, que reconhece na ação pensante uma perda de tempo improdutivo, desprovida do pragmatismo que gera a riqueza que propicia o alimento diário da mesa e o poder de consumo para aquisição dos produtos despejados no grande mercado fetichista. Como o saber filosófico pode ser imputado como fruto da loucura ou do ócio vazio de um pensador, se sua elaboração exige o uso da energia

criativa da racionalidade? Depreciar a atividade filosófica é também sintoma de ressentimento intelectual perante as realizações sofisticadas do espírito humano. O mesmo se aplica acerca dos estudos sociológicos, fundamentais para a compreensão das estruturações societárias de nossa vida coletiva.

O caráter facultativo da educação artística tal como proposto pelo ministério da barbárie ratifica o espírito filisteu do governo temerário e seus asseclas, pois assim se favorece a catequização midiática da massa estudantil para os produtos de consumo da mídia corporativa e os dejetos da indústria cultural que são propagados cotidianamente no mercado da pseudocultura. A educação artística é fundamental para estimular o desenvolvimento da sensibilidade perceptiva, da apreciação estética, da criatividade nos seus mais diversos modos de atuação, assim como da técnica e da disciplina na atuação produtora. A consciência artística auxilia no processo de simbolização do mundo naquele que exercita suas faculdades criativas, possibilitando o desenvolvimento de outras formas de expressão da subjetividade. A linguagem comum e os dispositivos conceituais se pautam pelo formalismo objetivo, propício para a organização da dimensão tecnicista da vida concreta. Os signos artísticos, por sua vez, apresentam a pluralidade estética e axiológica da comunicação sobre a realidade, possuindo assim um caráter muito mais potente e intenso do que a consciência tecnocrática. Por isso a arte apresenta um inevitável caráter subversivo que amedronta as mentalidades unidimensionais, incapazes de aceitarem em seus âmagos a força arrebatadora da plasticidade estética que reconfigura de maneira contingente o mundo circundante, algo

impensável para os sectários da consciência tecnicista, apologistas da necessidade, da precisão, da ortodoxia.

O pensamento unidimensional é tacanho, acomodado, pobre de espírito, somente valoriza a produção artística configurada como degeneração estética que proporciona entretenimento alienante e excitação histriônica da sensibilidade. O filisteu considera o artista um vagabundo, pois não reconhece na atividade artística o esforço produtivo próprio da ação industrial, por isso encontramos proeminências políticas intelectualmente obtusas depreciando a arte em favor do trabalho alienado. Para a progressiva mudança da visão de mundo tecnocrática no processo de formação educacional dos estudantes de Administração, Economia e Contabilidade, considero que seria de grande pertinência cultural que tais cursos universitários criassem cadeiras para disciplinas tais como Introdução ao Pensamento Artístico, Análise da Obra de Arte ou Estética, de modo a favorecer a humanização do graduando, acostumado desde seus primeiros estudos a compreender a vida humana e suas relações profissionais como um dispositivo tecnocrático. Tais disciplinas, inclusive, são completamente convenientes do ponto de vista mercadológico, já que na atualidade existe grande demanda de saberes organizacionais na gestão cultural. Para realizarmos essa inovação intelectual é imprescindível que retiremos o filisteu da cátedra universitária de tais cursos, substituindo esses professores obtusos por educadores dotados de sensibilidade estética, disposição fundamental para o desenvolvimento de uma nova organização social, para além da ordenança mercadológica. Edgar Morin considera que

Todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana [...] A consciência de nossa humanidade, nesta era planetária, deveria conduzir-nos à solidariedade e à comiseração recíproca, de indivíduo para indivíduo, de todos para todos. A educação do futuro deverá ensinar a ética da compreensão planetária (MORIN, 2011, p. 68).

A gestão temerária do poder presidencial, o filisteu ministerial, os adeptos das domingadas pedagógicas, os sectários de grupos reacionários que exigem a neutralidade pedagógica em nome de uma distorcida concepção de liberdade que em verdade é a mordaza sobre a voz crítica do professor, os fundamentalistas teocráticos, os empresários espoliadores do trabalho humano, todos eles são avessos ao espírito holístico do conhecimento em favor do conservadorismo tacanho do autoritarismo educacional, formatador de consciências moralizadas e normatizadas, corpos dóceis. Essa imbecilidade generalizada produz tijolos em um grande muro, não pessoas singularizadas pela autonomia intelectual. Conforme argumenta Max Horkheimer acerca do panorama da sociedade tecnocrática,

Os conceitos tornaram-se mecanismos inertes, racionalizados, que permitem poupar tempo, tudo se passa como se o próprio pensamento tivesse sido reduzido ao nível do processo industrial, submetido a um horário fixo – em suma, como se se tivesse tornado parte integrante da produção [...] Quanto mais as ideias vão se tornando automáticas, instrumentalizadas, tanto menos se veem nelas pensamentos com um

sentido próprio. São consideradas coisas, máquinas. Reduz-se a linguagem a mais um instrumento no gigantesco aparelho de produção na sociedade moderna (HORKHEIMER, 2015, p. 27-28).

A extensa carga de tempo das disciplinas de Matemática, Física ou Química no currículo escolar não seria pedagogicamente problemática se houvesse uma maior análise sobre os seus fundamentos epistemológicos e seus objetivos pragmáticos na construção da tecnicidade social. Grosso modo, tais disciplinas são ensinadas como adestramento intelectual para a resolução quantitativa de questões propostas pelos professores, sem que haja preocupações críticas e reflexivas acerca de tais conteúdos, retirando-lhes assim qualquer dimensão sociopolítica. Nesse contexto de degradação do processo formativo, o bom estudante é aquele que decodifica as fórmulas que instrumentalizam a resolução das questões, sem que ele reconheça as estruturas axiológicas e epistemológicas desses saberes. Schopenhauer, na efervescência da tecnocracia moderna, já apresentava críticas contundentes aos dispositivos autocentrados das atividades científicas dissociadas das perspectivas globais do conhecimento:

Ciências puramente empíricas, praticadas isoladamente sem tendência filosófica, assemelham-se a uma face sem olhos. São, entretanto, uma adequada ocupação para pessoas de boas capacidades, às quais entretanto faltam as elevadas faculdades, que no entanto até seriam um obstáculo para as minuciosas investigações desse tipo. Tais pessoas concentram toda a sua força e todo o seu saber num único e limitado campo, no qual, por conseguinte, sob a condição de completa

ignorância em todos os demais, podem alcançar o conhecimento o mais acabado possível; enquanto o filósofo abarca todos os campos, sim, em certo grau tem de estar em casa em cada um deles pelo que aquela completude obtida só no detalhe escapa-lhe necessariamente (SCHOPENHAUER, 2015, p. 156).

Por conseguinte, podemos afirmar categoricamente que tais disciplinas, tal como são usualmente ensinadas para os estudantes, se convertem em instrumento de alienação intelectual dos mesmos, tornando-os tacanhos e intelectualmente reificados. Tais disciplinas de maneira alguma apresentam saberes que podem ser considerados axiologicamente desinteressados; pelo contrário, são conteúdos extremamente interessados, pois eles pressupõem o controle sobre a natureza e seus corpos, o conhecimento do tempo e do espaço, a manipulação científica dos elementos químicos, em suma, ações racionais convenientes para a indústria e o desenvolvimento material da sociedade. O problema crucial reside na transmissão desses conteúdos técnicos desvinculados das suas efetivas funções sociais, como meras operações intelectuais que exercitam a mente do estudante a decodificar fórmulas. Segundo Ricardo Nassif

Uma coisa é valer-se do espírito técnico, como função criadora, para a formação especializada ou geral do homem, e outra, muito diferente submeter-se cegamente ao império dos meios técnicos para a realização do ato formativo, sem o freio da suficiente capacidade crítica encarregada de assinar-lhes o justo lugar que possa corresponder-lhes como complemento da ação irradiante do educador ou dos poderes

educativos que vivem na cultura humana (NASSIF, 1976, p. 80).

A educação física é fundamental para o desenvolvimento da cidadania. A prática esportiva colegial não é uma mera recreação para relaxar as mentes agitadas dos jovens estudantes, um passatempo entre disciplinas que exigem alta concentração mental na resolução dos seus exercícios. Na educação física o espírito coletivo do jogo é aplicado em sua máxima intensidade, empreendendo-se o aprendizado sobre a importância da competitividade saudável para o florescimento das qualidades pessoais mediante o respeito incondicional pela pessoa do adversário, assim como o valor da disciplina para o desempenho excelente da atividade esportiva. A prática do esporte é fundamental para a manutenção de um modo de vida saudável, tonificando de maneira imanente a corporeidade do sujeito. A práxis atlética é indissociável do cultivo da inteligência crítica. Em um estilo de vida urbanizado extremamente insalubre, estressante, nutrido inadequadamente, o exercício esportivo é um poderoso recurso para a formação de uma existência concreta que proporciona ao sujeito o bem-estar conveniente para o exercício conveniente das suas potencialidades criativas. A educação física não pode se restringir às academias de ginástica, mas deve ser uma orientação sanitária desde a tenra infância, encontrando no espaço escolar sua mais apurada realização. Talvez o projeto temerário de tornar tal disciplina facultativa no Ensino Médio seja um mecanismo comercialista para justamente forçar os adeptos a ingressarem nas academias de ginástica e assim impulsionarem esse segmento mercadológico. De nada adianta haver incentivo governamental para a prática esportiva em praças,

parques ou praias, se não existe um projeto educacional que fundamente esses hábitos saudáveis.

É filisteísmo quando a educação se encontra submetida ao crivo econômico. Comumente governos associados aos paradigmas neoliberais inserem em seus programas políticos quadros técnicos que compreendem a práxis educacional em um viés axiologicamente estranho ao mundo da cultura, circunstância que prepara o terreno para a barbárie e para a decadência social. Essa insistente promiscuidade entre ordem de mercado e gestão tecnocrática da política enaltece a economia e rebaixa a educação. A ideologia pragmática que postula a soberania da dimensão mercadológica sobre todas as demais considera ingenuidade romântica a defesa de um projeto educador livre das orientações normativas do mercado. Contudo, em resposta aos filisteus onipresentes no sistema governamental, podemos afirmar que não é inocência política lutar pela autonomia da educação perante as determinações mercadológicas. Tal posicionamento apenas visa manter a dimensão educacional em posição de proeminência no processo formativo da sociedade, favorecendo assim sua força emancipatória perante as tendências tecnocráticas das estruturas governamentais avessas ao empoderamento cultural da população. Para Adorno,

Enquanto a sociedade gerar a barbárie a partir de si mesma, a escola tem apenas condições mínimas de resistir a isto. Mas se a barbárie, a terrível sombra sobre a nossa existência, é justamente o contrário da formação cultural, então a desbarbarização das pessoas individualmente é muito importante. A desbarbarização da humanidade é o pressuposto

imediatamente da sobrevivência. Este deve ser o objetivo da escola, por mais restritos que sejam seu alcance e suas possibilidades (ADORNO, 1995, p. 116-117).

As canetadas do usurpador presidencial ressoam na educação como marteladas que quebram as já frágeis bases das nossas realizações culturais. São domingadas políticas e domingadas educacionais tristemente associadas, para prejuízo da cultura emancipatória. O anti-intelectualismo legitimado em nossa conjuntura social fascista encontra ressonância na proliferação de discursos fundamentalistas de seitas que se arrogam cristãs e que se realizam na prática como centros comerciais da fé dos ignorantes, na truculência irracionalista herdeira do legado da infame Ditadura Militar, que, apesar de todos os seus males causados na sociedade brasileira, ainda encontra uma legião estúpida de adoradores que não reconhecem os crimes cometidos por muitos membros das forças armadas. Eis assim uma servidão voluntária reconfigurada modernamente, onde encontramos oprimidos que se reconhecem moralmente na figura assassina dos opressores. Na insanidade de nossa temerária desordem política encontramos negros e homossexuais defendendo os interesses plutocráticos da elite reacionária, considerando talvez que a vida seja um grande feriado. Movimentos sociais atrelados ao ideário neoliberal e que defendem um pretenso Brasil livre da gestão democrática do Estado se transformam em sustentáculos de uma juventude alienada e histérica que não hesita em adotar procedimentos terroristas para desestabilizar organizações multitudinárias democráticas, inclusive financiando hordas de agressores para tais intentos. Esses grupelhos se proclamam como

estruturas apartidárias, mas não hesitam em apoiar partidos políticos direitistas cujas bases axiológicas são avessas aos problemas sociais das massas trabalhadoras. Esses partidos são ideologicamente absurdos, pois se proclamam democratas em seus estatutos, mas são elitistas em seus interesses políticos, se proclamam como progressistas, mas se configuram como conservadores em seus projetos parlamentares, assim como se proclamam trabalhistas, mas defendem causas adversas aos próprios trabalhadores, atuando antes em função das demandas patronais. Os nomes dos partidos direitistas brasileiros são um prato cheio para uma análise semiótica dos seus sentidos ocultos, pois somente assim podemos compreender seus verdadeiros propósitos demagógicos, e assim, destruí-los, uma vez que muitos são os males que eles causam para a democracia brasileira ao espoliar a coisa pública para a satisfação dos interesses privatistas. Outrora a defesa dos projetos políticos de esquerda era considerada como uma atitude elevada; na conjuntura golpista do governo temerário, a ideologia direitista se transformou na verdade política por excelência, seja na defesa da destruição do Estado em favor da iniciativa empresarial, seja pela legitimação da agenda retrógrada do conservadorismo social, que faz da ignorância e do obscurantismo a sua virtude capital.

Considerações finais

A educação brasileira está efetivamente cerceada pela patrulha direitista que defende o livre mercado para melhor satisfazer os interesses dos especuladores financeiros, pelos doentios defensores de um pretenso Brasil livre, que na verdade nos aprisiona ao jugo do empresariado multinacional, pelos ideólogos da

Escola sem Partido, que se equivoca ao pressupor a absoluta neutralidade epistemológica na práxis educacional, efetivamente inexistente, pois cada sujeito representa o mundo e discursa sobre o mesmo através das suas axiologias intrínsecas.

A legitimação ideológica do espectro da direita no tecido social brasileiro traz em seu bojo o enaltecimento do reacionarismo, e todo professor que se contrapor ao projeto hegemônico de exaltação da despolitização intelectual conveniente ao espírito unidimensional da gestão neoliberal é estigmatizado como autoritário, dogmatizador das consciências, assediador intelectual, quando, em verdade, são os próprios dispositivos normativos do mercado que promovem essas citadas disposições em seus seguidores. O temerário presidente e seu vassalo filisteu se alegram com essa situação, pois o projeto político golpista prospera através da instabilidade nacional em todos os seus segmentos, em especial o educacional. A ponte para o futuro é na verdade uma conexão com nosso passado patriarcal, escravocrata, latifundiário, submisso. Contudo, os educadores conscientes de seu valor profissional e as inúmeras pessoas que trabalham pela efetivação de um projeto educacional pautado pela afirmação incondicional da autonomia do pensar não aceitam passivamente os disparates do golpista da triste figura e do ministro filisteu da deseducação, jamais se silenciando perante tais crimes contra a cultura crítica. Para suprimirmos os disparates indignos dessa mancomunada quadrilha de espoliadores da república brasileira as palavras de ordem são ineficazes, exigindo então dos sujeitos políticos inflamados pelo ardor democrático que ocupem as ruas e façam valer do direito multitudinário, para além de todo formalismo técnico, entrave jurídico e

moral. Tal como ratificado por Paulo Freire,

Na verdade, porém, por paradoxal que possa parecer, na resposta dos oprimidos à violência dos opressores é que vamos encontrar o gesto de amor. Consciente ou inconscientemente, o ato de rebelião dos oprimidos, que é sempre tão ou quase tão violento quanto a violência que os cria, este ato dos oprimidos, sim, pode inaugurar o amor. Enquanto a violência dos opressores faz dos oprimidos homens proibidos de ser, a resposta destes à violência daqueles se encontra infundida do anseio de busca do direito de ser. Os opressores, violentando e proibindo que os outros sejam, não podem igualmente ser; os oprimidos, lutando por ser, ao retirar-lhes o poder de oprimir e de esmagar, lhes restauram a humanidade que haviam perdido no uso da opressão (FREIRE, 2005, p. 48).

Os atentados contra a coisa pública brasileira são perpetrados por figuras inescrupulosas em seus gabinetes assépticos. Cabe então que o grande corpo da multidão libertária se contraponha concretamente a tais atos obscuros promovendo assim a antítese da temerária súcia golpista que criminosamente atenta contra todas as nossas bases constitucionais. Os infames se escondem nos seus assépticos gabinetes, os amantes da liberdade ocupam as ruas não para bater panelas e gritar palavras de ordem irmanadas com o fascismo, mas para lutar por efetiva democracia social. Legitimidade política pressupõe o diálogo entre o establishment governamental e as vozes polifônicas espalhadas pelos espaços públicos em luta por reconhecimento e afirmação dos seus caracteres humanos. Contudo,

um governo usurpador que viola a decisão soberana do povo, apesar de possuir respaldo jurídico e as aprovações constitucionais formais, não pode ser considerado como legítimo, invalidando assim qualquer possibilidade de diálogo da multidão revolucionária para com ele. A única saída plausível é sua destituição imediata. Quando um governo fecha seus olhos para seus cidadãos e vislumbra impor sobre os mesmos seus ditares autoritários na segurança pública, na economia, no regime educacional, a revolta organizada contra a estrutura degradada do governo temerário se torna um mandamento ético, uma necessidade política. Segundo Vladimir Safatle,

Toda ação contra um governo ilegal é uma ação legal. Um Estado ilegal não pode julgar ações contra si por ser ele próprio algo mais próximo de uma ação criminosa [...] Quando o Estado se transforma em Estado ilegal, a resistência por todos os meios é um direito. Neste sentido, eliminar o direito à violência contra uma situação ilegal gerada pelo Estado significa retirar o fundamento substantivo da democracia (SAFATLE, 2010, p. 245; p.246)

Caso contrário, viveremos sob as trevas da ignorância, sob a égide do fundamentalismo teocrático que faz da religião de massa um negócio lucrativo, sob a fanfarronice dos políticos truculentos que são os verdadeiros criminosos e sob o controle de toda a escória ideológica direitista, e assim não

poderemos reclamar se nos convertermos em seus escravos silenciosos. Contra a barbárie totalitária é preciso sempre coragem para se enfrentar o abismo. Não há nada a temer, somente um grande mundo a ganhar.

Referências

- ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação**. Trad. de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. **Política e Educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- HORKHEIMER, Max. **O eclipse da razão**. Trad. de João Tiago Proença. Lisboa: Antígona, 2015.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, 2011.
- NASSIF, Ricardo. **Pedagogia de nosso tempo**. Trad. de Diva Vasconcellos da Rocha. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SAFATLE, Vladimir. “Do uso da violência contra o Estado ilegal” In: SAFATLE, Vladimir; TELLES, Edson (Org.) **O que resta da Ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 237-252.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **O Mundo como Vontade e como Representação**, Tomo II. Trad. de Jair Barboza. São Paulo: Ed. UNESP, 2015.
- SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão**. Trad. de Vera Ribeiro: Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre Educação, Política e Sindicalismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.